



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

APROVADA

EM 04 / 11 / 2025

Ricardo Vasconcelos Silva
Presidente

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA

DENOMINADA MARCUS VINÍCIUS CARDOSO DE CARVALHO, RODRIGO VELLOSO CABRAL, CLEITON SERAFIM GONÇALVES E HEBER CARVALHO DA FONSECA

44ª LEGISLATURA

30 DE OUTUBRO DE 2025

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às nove horas e quatorze minutos, no Plenário Vereador Abrahão Crispim, o Senhor Presidente, Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), declarou aberta a sessão, com o Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) ocupando a Primeira e a Segunda Secretarias. Presentes na abertura da sessão os Senhores Vereadores: Fábio Meireles (PDT), Isac (UNIÃO BRASIL), Lúcio Flávio (PL), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Sávio Neto de Vardo (PODEMOS), Selma França (PSD) e Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB). No decorrer da sessão foi registrada a presença dos Vereadores: Alex Melo (PRD), Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Breno Garibalde (REDE), Elber Batalha (PSB), Levi Oliveira (PP), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL), Ricardo Vasconcelos (PSD), Rodrigo Fontes (PSB) e Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) (dezenove). Ausentes os Vereadores: Camilo Daniel (PT), Iran Barbosa (PSOL), Joaquim da Janelinha (PDT), Miltinho Dantas (PSD), Thannata da Equoterapia (MOBILIZA) e Vinicius Porto (PDT), com justificativas. Licenciada a Vereadora Moana Valadares (PL) (sete). **EXPEDIENTE:** Lida a Ata da nonagésima segunda Sessão Ordinária, que foi aprovada sem restrições. Pela Ordem, o Vereador Lúcio Flávio (PL) requereu a nomeação da sessão em homenagem a Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, Rodrigo Velloso Cabral, Cleiton Serafim Gonçalves e Heber Carvalho da Fonseca, policiais mortos na ação realizada no estado do Rio de Janeiro. Pela Ordem, o Vereador Fábio Meireles (PDT) justificou a ausência do Vereador Iran Barbosa (PSOL). **Constam do Expediente** os Projetos de Lei números 393/2025, de autoria do Vereador Marcel Azevedo (PSB), autoriza a concessão do benefício da meia passagem no transporte público coletivo do Município de Aracaju aos profissionais de Enfermagem e dá outras providências; 399/2025, de autoria do Vereador Lúcio

Flávio (PL), dispõe sobre a proibição da atuação de flanelinhas não autorizados, quando exercida mediante coibição ou intimidação para obtenção de vantagem econômica, no âmbito do Município de Aracaju, estabelece sanções administrativas e dá outras providências; 407/2025, de autoria do Vereador Alex Melo (PRD), institui, no calendário oficial de eventos do Município de Aracaju, o “Troféu Correr Escola Pública”, destinado ao reconhecimento de alunos da rede pública com melhores desempenhos em corridas municipais, e dá outras providências; e 410/2025, de autoria da Vereadora Selma França (PSD), reconhece como patrimônio histórico, cultural e material o mais antigo ponto de ônibus, situado na Praça Getúlio Vargas, no Bairro São José. Projeto de Decreto Legislativo número 118/2025, de autoria do Vereador Breno Garibalde (REDE), concede Título de Cidadania Aracajuana à senhora Maria Cristina Cavalcante de Carvalho e dá outras providências. Requerimentos números 424/2025, de autoria do Vereador Joaquim da Janelinha (PDT); 435/2025, de autoria do Vereador Miltinho Dantas (PSD); 437/2025 e 438/2025, ambos de autoria da Vereadora Selma França (PSD); e 439/2025, de autoria do Vereador Lúcio Flávio (PL). Indicações números 2188/2025, 2193/2025, 2225/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP); 2192/2025 e 2243/2025 a 2245/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL); 2211/2025, de autoria do Vereador Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL); 2216/2025 e 2217/2025, de autoria do Vereador Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL); 2218/2025 a 2222/2025, de autoria do Vereador Breno Garibalde (REDE); e 2223/2025 e 2224/2025, de autoria do Vereador Joaquim da Janelinha (PDT). **Inscritos no Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Vereadores: Lúcio Flávio (PL) agradeceu à menção do secretário de governo da prefeitura municipal, Itamar Santana Corrêa Bezerra, que se referiu a ele como sinônimo de lealdade. Em seguida, o parlamentar afirmou que, desde o início do ano, nenhuma denúncia formulada pela oposição demonstrou consistência ou resultou em comprovação de irregularidade na gestão da prefeita Emília Corrêa (PL), destacando que, segundo pesquisas, a aprovação da prefeita continua a crescer. Parabenizou a gestora pela coragem em solucionar a situação dos comerciantes no Centro de Aracaju, elogiando a seriedade e dignidade da resolução encontrada. O vereador também prestou homenagem aos quatro policiais que deram nome à sessão, os quais faleceram em serviço, e concluiu seu tempo tecendo críticas à política de segurança pública em nível nacional. Mais especificamente, criticou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que, segundo ele, restringiram operações policiais em comunidades, e mencionou um

projeto de lei do PSOL que visava impedir o uso de drones pela polícia, enquanto, segundo o parlamentar, criminosos utilizavam a mesma tecnologia para atacar a população. O Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL) ocupou a tribuna para, inicialmente, convidar os presentes para a sessão especial em comemoração aos 508 anos da Reforma Protestante. Em linha com o discurso do Vereador Lúcio Flávio (PL), congratulou a Prefeita Emília Corrêa (PL) e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) pelo trabalho realizado no centro da cidade, ressaltando que, embora as imagens iniciais pudessem parecer truculentas, a ação resultou na realocação ordeira dos ambulantes para um local com melhor infraestrutura e dignidade, resolvendo um problema de mobilidade urbana. O parlamentar abordou ainda a crise de segurança no Rio de Janeiro, classificando-a como uma "guerra civil" e criticando o Governo Federal por suposta falta de clareza e comunicação referente ao apoio federal nas operações. Ao finalizar, elogiou a atuação do Estado de Sergipe por não permitir o domínio de facções criminosas. Encerrando o pequeno expediente, o Vereador Fábio Meireles (PDT) iniciou sua fala com uma reflexão filosófica sobre a hipocrisia e o auto-julgamento. O parlamentar direcionou seu discurso à fiscalização da administração municipal, afirmando que, ao contrário do que fora dito, as denúncias da oposição estão sendo apuradas. Citou como exemplo a suspensão de um procedimento licitatório para serviços de limpeza pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que teria apontado inconsistências e um suposto aumento de 16 milhões de reais no valor do contrato em relação à gestão anterior. Ademais, o vereador mencionou a existência de uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público, para investigar a aquisição de um veículo blindado, bem como a instauração de sindicâncias internas na prefeitura, reforçando que os órgãos de controle estão atentos à gestão. ***Inscritos do Grande Expediente***, usaram da palavra os Vereadores: Ricardo Vasconcelos (PSD) começou sua fala fazendo uma reflexão sobre a segurança pública, comemorando os resultados positivos em Aracaju, em contraste com a grave situação observada no Rio de Janeiro. Defendeu veementemente a necessidade de valorizar e dar autonomia às forças de segurança, afirmando que cidadãos que cumprem a lei não devem temer a polícia, e que aqueles que optam pelo crime devem arcar com as consequências legais. Em outro assunto, o parlamentar denunciou o que chamou de "manobras políticas" e "jogo sujo" destinados a macular a imagem de adversários através de ilações e associações indevidas. Conclamou os colegas a investigar a destinação de emendas parlamentares federais, por parte de senadores e deputados, nos

últimos oito anos. O objetivo, segundo o orador, é identificar quais representantes efetivamente enviaram recursos para Aracaju e quais, apesar de eleitos por Sergipe, destinaram verbas a outros estados ou apenas utilizam a cidade para fins eleitorais. Questionou, ainda, a autoria de obras federais, criticando parlamentares que buscam "pegar carona" em ações do Executivo. Por fim, o vereador fez um apelo direto à Emsurb, solicitando a intensificação da limpeza dos mangues e rios da capital, citando especificamente a região da 13 de Julho, e alertando para os riscos ambientais da poluição por plásticos e microplásticos. Fizeram apartes os Vereadores: Fábio Meireles (PDT), Breno Garibalde (REDE), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD) e Pastor Diego (UNIÃO BRASIL). Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), que dedicou seu discurso à temática da segurança pública, baseando-se em sua experiência de vinte e três anos como policial militar. Abordou a crise no Rio de Janeiro, descrevendo a situação como um "estado paralelo", onde o crime organizado domina territórios e impõe taxas à população. Elogiou a atuação das forças de segurança de Sergipe (Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria de Segurança Pública) por impedirem, através de inteligência e repressão, que facções criminosas se estabeleçam no estado com a mesma intensidade vista na Bahia ou no Rio de Janeiro. O parlamentar declarou não compactuar com mortes, mas defendeu a ação policial enérgica, argumentando que, em um confronto, o policial visa proteger a sociedade, enquanto o criminoso está disposto a matar. Rechaçou a justificativa da "falta de oportunidade" como única causa para a entrada no crime, afirmando que muitos na periferia não seguiram esse caminho. Argumentou que, atualmente, o crime organizado busca a ostentação e o consumismo, não apenas a sobrevivência. Concluiu sua fala parabenizando o Governo do Estado pelos investimentos em tecnologia, armamento e valorização da carreira policial. Fez aparte o Vereador Fábio Meireles (PDT). O Vereador Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) repercutiu os eventos no Rio de Janeiro sob a ótica de quem vivenciou a periferia, relatou que, ao assistir às notícias, emocionou-se não pelos confrontos, mas "pelas vidas que não tiveram oportunidades". Compartilhou sua história pessoal de dificuldades, mencionando ter lavado carros e pedido esmolas, mas ressaltou que, apesar da pobreza, nunca optou pelo crime, graças à educação de sua mãe. O vereador criticou duramente a ausência do Poder Público nas comunidades, afirmando que a falha em prover cursos técnicos e oportunidades de trabalho para os jovens abre espaço para que o tráfico os recrute. Embora tenha

reconhecido a necessidade da ação policial para restabelecer a ordem contra as facções, apontou que os "grandes chefes" permanecem seguros em suas mansões, enquanto os jovens da periferia são usados como "escudos". Apresentou uma crítica ao sistema militar, que treina jovens no Exército por anos em táticas de combate e manejo de armas, mas depois os "descarta", tornando-os alvos fáceis para as facções, e sugeriu que esses jovens tivessem cotas para ingresso na Polícia Militar. Recebeu aparte do vereador Ricardo Vasconcelos (PSD). Posteriormente, discursou o Vereador José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD) deu continuidade ao tema anterior, traçando um paralelo entre sua história de vida e a do Vereador Soneca. Relembrou sua infância de extrema pobreza no sertão sergipano, onde enfrentou fome e dificuldades, mas enfatizou que tais adversidades jamais o levaram a roubar ou envergonhar seus pais. Manifestou tristeza pelas mortes no Rio de Janeiro, mas ponderou que os indivíduos envolvidos no crime também "fizeram muitas mães chorar", parabenizando a ação policial como necessária. O vereador atribui grande parte da vulnerabilidade dos jovens ao abandono paterno, descrevendo como mães solteiras, ao saírem para trabalhar, deixam os filhos suscetíveis ao aliciamento pelo tráfico. Contudo, o parlamentar divergiu da tese da "falta de oportunidade" para a geração atual, argumentando que os governos, em todos os níveis, hoje oferecem transporte escolar e merenda, e que o problema reside na falta de interesse e de respeito dos alunos pelos professores. Concluiu elogiando a gestão da Prefeita Emília Correia, destacando a qualidade do recapeamento asfáltico no Centro da Cidade, comparando-o a um "tapete", e estendeu os parabéns aos gestores da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) e da Emsurb. O Vereador Breno Garibalde (REDE) fez uma breve reflexão sobre a desigualdade de oportunidades como raiz da violência, em seguida concentrou seu discurso em problemas de infraestrutura urbana, especificamente no bairro Aruana. Denunciou que o bairro está "completamente esquecido" e apontou o grave problema das ligações clandestinas de esgoto nos canais de drenagem. Explicou que o fluxo de água em dias de sol é prova de que se trata de esgoto, e que essa poluição é a causa direta da proliferação de vegetação nas lagoas locais, tornando inútil o gasto público com limpezas paliativas. O vereador criticou a total falta de planejamento urbano, mencionando a sobrecarga da Rua Maria Vasconcelos devido a novos empreendimentos, enquanto outras avenidas permanecem subutilizadas. Cobrou responsabilidade tanto da Emsurb (drenagem), quanto da Iguá (esgoto), acusando-as de omissão.

Reafirmou que a solução não é cobrir os canais, mas sim fiscalizar e impedir os lançamentos irregulares. Finalizou seu tempo cobrando celeridade na revisão do Plano Diretor de Aracaju, alertando que o atraso perpetua um modelo de cidade excludente e que o ano eleitoral vindouro dificultará o processo. Fez aparte o vereador Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL). Encerrando o grande expediente, o Vereador Elber Batalha (PSB) iniciou convidando a população para acompanhar as oitivas da CPI do Natal Iluminado. Em seguida, abordou os eventos no Rio de Janeiro, fazendo um apelo para que o debate não fosse tratado sob a "ótica da polarização política". Classificou a ação como uma "operação policial mal planejada" e afirmou que o Estado brasileiro, como um todo, está "perdendo para o crime organizado", citando os exemplos de governos de direita (Rio) e de esquerda (Bahia) para ilustrar que o problema transcende ideologias. O parlamentar criticou falas que "normalizam" as mortes, mencionando o fato de o governo do Rio ter devolvido verbas federais de segurança. Criticou especificamente a frase "Direitos humanos para humanos direitos", defendendo que os direitos humanos impõem um "limite humanístico" à ação do Estado, impedindo o retorno à barbárie. O vereador ponderou que, no passado, as UPPs (Unidades Pacificadoras) tiveram algum êxito inicial por levarem não apenas armas, mas serviços estatais às comunidades. Concluiu sua fala pedindo racionalidade e alertando sobre o perigo da polarização, que, segundo ele, "retroalimenta a imbecilidade na política". Fizeram apartes os vereadores: Professora Sônia Meire (PSOL) e Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB). Decorrido o intervalo regimental, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Feita a verificação de quórum, registraram presença os Vereadores: Alex Melo (PRD), Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Breno Garibalde (REDE), Elber Batalha (PSB), Fábio Meireles (PDT), Isac (UNIÃO BRASIL), Levi Oliveira (PP), Lúcio Flávio (PL), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Ricardo Vasconcelos (PSD), Sávio Neto de Vardo (PODEMOS), Selma França (PSD) e Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) (dezesseis). Pauta de hoje, trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco. Pela Ordem, o vereador Elber Batalha (PSB) informou que aguarda o agendamento da audiência pública para discussão do Plano Plurianual e requereu que ela seja agendada com antecedência. Projetos de Lei, números 310/2025, 443/2025 e 444/2025, de autoria do Poder Executivo, foram retirados de pauta pela Mesa Diretora após deliberação em plenário. Projeto de Decreto Legislativo número

5/2025, de autoria do Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), foi discutido pelo autor, com apartes dos vereadores Elber Batalha (PSB) e Professora Sônia Meire (PSOL), e aprovado à unanimidade em votação única. Projeto de Decreto Legislativo número 33/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em votação única. Projeto de Decreto Legislativo número 82/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em votação única. Projeto de Decreto Legislativo número 86/2025, de autoria do Vereador Marcel Azevedo (PSB), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em votação única. Projeto de Decreto Legislativo número 95/2025, de autoria do Vereador Vinicius Porto (PDT), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em votação única. Emenda número 1 ao Projeto de Lei número 18/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), recebeu parecer favorável à tramitação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sob relatoria do vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), acompanhado pelos vereadores Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), Elber Batalha (PSB), Isac (UNIÃO BRASIL) e Professora Sônia Meire (PSOL). Recebeu parecer favorável à tramitação também da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, sob relatoria do vereador Aldeílson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), com votos favoráveis dos vereadores Fábio Meireles (PDT), Professora Sônia Meire (PSOL), Sávio Neto de Vardo (PODEMOS) e Selma França (PSD). Submetida à discussão, a emenda foi aprovada. Projeto de Lei número 18/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei número 50/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei número 193/2025, de autoria do Vereador Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei número 218/2025, de autoria do Vereador Alex Melo (PRD), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei número 291/2025, de autoria do Vereador Miltinho Dantas (PSD), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei número 239/2025, de autoria do Vereador Camilo Daniel (PT), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em primeira votação. Projeto de Lei número 261/2025, de autoria da Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL), submetido à discussão, foi aprovado à unanimidade em primeira votação. Mocção número 89/2025, de autoria do

Vereador Levi Oliveira (PP), submetida à discussão, foi aprovada à unanimidade em votação única. Moção número 112/2025, de autoria do ex-Vereador Marcel Azevedo (PSB), submetida à discussão, foi aprovada à unanimidade em votação única. ***Falando pela liderança da oposição***, o Vereador Elber Batalha (PSB) chamou a atenção para uma publicação no Diário Oficial do Município referente à recém-criada Secretaria de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O parlamentar questionou a contratação de uma empresa, por inexigibilidade de licitação, no valor de vinte e cinco mil reais. O orador apontou que o objeto do contrato, voltado à realização de auditoria nos processos licitatórios e contratos anteriores da referida secretaria, é contraditório, visto que a pasta foi instituída pela atual gestão há aproximadamente cinco meses e, por isso, não possuía atos administrativos prévios a esse período. O vereador classificou a situação como inusitada e estranha, indagando o que haveria de errado na própria gestão, em tão curto espaço de tempo, para justificar a contratação de uma auditoria externa para analisar os contratos que ela mesma firmou. Ao final, cobrou um esclarecimento público da administração municipal sobre o contexto que justifica tal contratação. E, como nada mais havia a tratar, o Senhor Presidente convocou uma Sessão Ordinária em quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, na hora Regimental, e deu por encerrada a sessão às onze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, lavrou-se esta Ata, que, após aprovada, será assinada pela Mesa Diretora, o inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, integram este documento.

Palácio Graccho Cardoso, trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco.



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO